

CADÊ O ANO DE 2020 QUE ESTAVA AQUI?

Karine Maria Heidemann KM H¹

10. Alfabetização e ensino remoto: desafios, aprendizados e perspectivas.

Resumo: O artigo analisa os desafios do ensino, remoto, em especial, no processo de alfabetização de crianças inseridas em um movimento de ensino e aprendizagem em uma escola de ensino fundamental rural da região metropolitana de Campinas, do interior do estado de São Paulo. Tais análises se apoiam nas perspectivas histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica e na teoria enunciativa discursiva de alfabetização. O estudo é caracterizado, a partir de um relato docente, enquanto professora de um primeiro ano durante o ano de 2020. Nesse sentido trata-se de um relato de experiência, de caráter qualitativo e descritivo, que busca a compreensão dos fenômenos a partir de seu acontecer histórico no qual o particular é considerado com uma instância da totalidade social, uma relação entre sujeitos, no qual o eu pesquisador é parte integrante do processo investigativo.

Palavras-chaves: Alfabetização; Pandemia; Desigualdades; Relato de Experiência

Introdução

Cadê o ano de 2020 que estava aqui? O presente artigo começa por essa inquietação, pois, se faz necessário pensar e refletir o que foi feito de nossas crianças no ano que se passou. Trago para esse estudo uma experiência do fazer docente, em uma sala do primeiro ano do ensino fundamental rural do interior do estado de São Paulo.

Para começar a tecer essa narrativa, convido o leitor deste artigo a lembrar como era bom aquele frio na barriga de começar um ano letivo, não é mesmo? Pois bem! Muitas coisas podem ter sido usurpadas ao longo do tempo, pelas intempéries das políticas públicas, mas essa sensação de recomeçar, esse sentimento gostoso de poder voltar para a escola. Esse todo ano é igual, as crianças no primeiro dia do ano letivo, estão extasiadas, agitadas e com as mais diversas sensações. A escola começou, para elas, essa não é só lugar de aprender, é lugar de socializar, lugar de brincar, e mais do que isso lugar de tecer novas amizades, de realizar trocas sociais e culturais. Para nós professores, não difere, planejamos, nos reestruturamos para atender a cada um durante o ano que se inicia.

¹Doutoranda em educação pela Universidade São Francisco e professora de Educação Básica da Prefeitura Municipal de Valinhos – contato: karine_heidemmann0407@hotmail.com

Tudo transcorria dentro do planejado, o mês de fevereiro passou e o de março chegou. Com ele veio a pandemia, que trouxe para a escola uma ruptura entre as relações que começavam a se estabelecer. De uma hora para outra, as relações pedagógicas foram suprimidas. Assim, a partir de agora busco desenvolver, como ficaram essas conexões pedagógicas, entre professores e alunos em um contexto pandêmico, em especial, no processo de alfabetização.

Para tal análise far-se-á uso do relato de experiência, como estudo da prática docente ao longo do ano de 2020. Como metodologia optou-se por estudos qualitativos sob um olhar da perspectiva sócio-histórica e materialista histórico-dialética, com objetivo de valorizar e focalizar aspectos descritivos em uma instância de totalidade social, procurando compreender os indivíduos envolvidos em todo o processo e bem como o seu contexto social. De acordo com André (1995) apud Freitas (2002), adota-se, assim, uma perspectiva de totalidade que considera todos os componentes da situação em suas interações e influências recíprocas. Assim, na pesquisa qualitativa, não se investiga para obter-se resultados e sim para a compreensão dos comportamentos.

Para tecer essas reflexões de início se faz importante uma revisão bibliográfica nas perspectivas histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica e na teoria enunciativa discursiva de alfabetização. Em seguida, relatam-se as práticas docentes decorridas ao longo do ano, em especial, no processo que transpassou a problemática do ensino remoto e a alfabetização.

A Pandemia e o Processo de Alfabetização

Quando a OMS decretou mundialmente estado pandêmico, o Brasil assim como os demais países começaram a se organizar para encerrar as atividades não essenciais, dentre essas as educacionais. Esse fechamento fez com que os sistemas de ensino ofertassem uma nova modalidade de educação, o que até então ocorria de forma presencial, passou a ocorrer de forma remota.

Com as atividades passando para uma esfera remota, parte-se para um pressuposto que ambas as partes do processo de ensino-aprendizagem comecem a interagir em um ambiente virtual. No entanto, ao analisarmos alguns dados, obtidos na agência Datasenado de 2020, cerca de 26% dos alunos matriculados não possuem acesso à *internet*, ou seja, muitos de nossos educandos ficaram e estão ficando fora do processo de ensino e aprendizagem nos tempos remotos. Assim cabe a indagação, como estão ficando nossos alunos em processo de alfabetização nesse cenário pandêmico?

Para iniciar essa reflexão, resalto a partir da pedagogia histórico-crítica o papel da educação na formação dos indivíduos, para Saviani (2011):

Proporcionar ao ser humano o seu desenvolvimento integral, à medida que exercita seu papel social que é o de garantir a formação do indivíduo quanto aos conteúdos curriculares historicamente acumulados, bem como na sua formação para o convívio na sociedade. (p.185)

Saviani enuncia em suas palavras uma tese a respeito de uma educação integral para os indivíduos. No entanto, ao analisarmos as propostas de ensino remoto, ofertadas políticas públicas educacionais, podemos perceber que estas não garantem uma formação emancipatória e bem como uma educação de qualidade aos indivíduos envolvidos no processo.

Nessa mesma direção da pedagogia histórica-crítica a perspectiva histórico-cultural, aponta que para o processo de educação ocorrer se faz necessário segundo Leontiev (1978), que o indivíduo sempre esteja em comunicação com seu meio material, cultural e social. Nesse processo de comunicação, a criança aprende com os fenômenos do mundo. Essa função desenvolvida é denominada, por ele, como um processo de educação.

Assim é perceptível que para que ocorra o ato educativo, se faz necessário as relações, as mediações e as ações pedagógicas que têm em sua prática social um ponto de partida e um ponto de chegada. Nesse sentido, para essas ações realmente serem efetivadas, tanto à luz da perspectiva histórico-cultural e pedagogia histórico-crítica, se faz importante que o processo pedagógico ocorra, por meio, de uma tríade pedagógica. Segundo Martins (2013), é através desse movimento, que a aprendizagem ocorre e se afetiva. Na concepção da autora, a tríade se inicia, por meio, de um destinatário, isto é, elemento a qual se dirige o trabalho educativo, esse tem por finalidade permitir que cada indivíduo em particular incorpore a humanidade dentro si. Nesse sentido é função da escola humanizar esse sujeito que ali chega, socializando os conhecimentos historicamente acumulados. Recorrendo a Saviani (2001) podemos entender como ato educativo: *todo ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens.* (p.21)

Ainda no desenrolar da tríade, se pensarmos que a um destinatário, precisamos pensar que esse recebe algo, isto é, o conteúdo. Assim cabe a escola humanizar os sujeitos que ali estão inseridos e selecionar tais elementos para que esse processo possa ocorrer. A escolha de tais conteúdos devem estar atrelada às máximas possibilidades de desenvolvimento humano, por fim para fechar a última parte dessa tríade, é necessário pensar se o destinatário recebe um conteúdo, quais são as formas de organização e realização desses conhecimentos produzidos pela humanidade? Segundo Martins e Rezende (2020), *“não existem métodos ou formas exclusivas de ensinar e aprender, em suas palavras: Não há métodos previamente condenados e nem métodos previamente consagrados, porque a*

escolha do método é sempre dependente da finalidade a ser atingida". (p,20)

Após perpassar esse movimento pedagógico propositado pela tríade, fica evidente que o processo de ensino e aprendizagem precisa assumir um caráter emancipatório, integral e humanizado. No entanto, cabe perfeitamente aqui algumas das indagações. Como pode o ensino remoto garantir tal processo? Pode esse processo garantir uma educação e um alfabetização efetiva e de qualidade?

O processo de alfabetização, ou seja, o ato de aprender a ler e a escrever é visto por muitos ângulos. Educadores divergem ao pensar sobre o assunto, alguns acreditam no método fônico, outros no método silábico e assim por diante. Não quero de jeito algum julgar as formas de se fazer alfabetização, até porque nem tenho conhecimento suficiente para isso. A intenção é se pensar como o ensino remoto impacta na alfabetização dos sujeitos que se encontram nesse processo e quais as consequências futuras tais impactos trarão para os processos de aprendizagem desses indivíduos?

A partir de agora começo a tecer algumas análises de tais consequências, no processo de alfabetização de crianças envolvidas, nesse movimento em período pandêmico. De começo, vale lembrar que alfabetizar se remete a um compromisso, político de emancipação do indivíduo que aprende, por meio, de uma relação dialógica e ainda, por meio, da interação humana. Nas palavras de Freire (1985), o processo de alfabetização se caracteriza como um projeto político que objetiva garantir o direito de cada educando afirmar sua própria voz, pois, *"a alfabetização não é um jogo de palavras; é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos (...). A alfabetização, portanto, é toda a pedagogia: aprender a ler é aprender a dizer a sua palavra"* (p. 14).

Assim o processo de alfabetização é mais que ensinar a ler e a escrever, envolve outras dimensões. Assumo como teoria para esse estudo a teoria enunciativa do discurso, para essa o ato de alfabetizar é mais que um movimento imediatista é um movimento mediado que exige dos professores um planejamento reflexivo sobre a língua, os sujeitos, o processo de ensino e aprendizagem e o mais importante as relações que estabelecem com o outro cultural e social.

Nesse sentido, essa teoria tem por pressupostos considerar a mediação e participação de outros na construção do conhecimento do sujeito, bem como a concepção de linguagem como produção histórica e cultural de conhecimento, ou seja, a forma verbal de linguagem como modo de interação e como modo de produção humana afeta, constitui e transforma o desenvolvimento e o funcionamento mental dos sujeitos. Segundo Smolka (1987):

A teoria da enunciação aponta para a consideração do fenômeno social da interação verbal nas suas formas orais e escritas, procurando situar essas formas em relação às condições concretas de vida, levando em conta o processo de evolução da língua, isto é, sua elaboração e transformação sócio-histórica”. (p.19)

Desta maneira, se faz tão importante considerar as condições de produção de texto escrito na escola. Por que se escreve, para quem, como e quando se escreve? Assim, para promover uma alfabetização, por meio, de um processo discursivo se faz necessário reconhecer um ser humano que tem sentido no seu fazer, utilizando a linguagem como matéria-prima para a realização de um processo de ensino e aprendizagem das questões discursivas.

Levando em conta esses aspectos apontados, o ensino remoto em sua forma vem assumindo um caráter de improvisado e engodo. Nesse sentido, busco a partir de agora tecer um relato para elucidar essa análise aqui fomentada.

Relato de Experiência

Para iniciar esse relato trago uma breve apresentação, mas que fará toda a diferença para os leitores entenderem a análise e discussão aqui pretendida. A realidade vivenciada durante o ano de 2020, é em uma escola municipal rural de ensino fundamental na região metropolitana de Campinas, que atende alunos entre 4 a 14 anos (educação infantil e ensino fundamental). A instituição está localizada em uma região vulnerável, atendendo a uma comunidade que é formada por filhos de agricultores e alunos que vêm de bairros periféricos adjacentes à região da escola.

Como mencionado, a unidade escolar está localizada em uma região rural e longínqua ao perímetro urbano. Assim o sinal de internet é precário e atinge a um número limitado de alunos na comunidade.

Com a chegada da pandemia e a migração das aulas para um contexto *online*, mesmo com essas características às aulas para essa comunidade escolar foram retomadas exclusivamente de forma remota, não havendo nenhuma outra forma ou possibilidade de relação ensino e aprendizagem para com os educandos da unidade escolar. Assim, nós enquanto docentes fomos submetidos pelo sistema educacional a fingirmos que ensinamos e os alunos fingirem que aprendem. Não havia em nenhum contexto relação aluno-professor e se isso não ocorre, não podemos dizer que houve uma situação formal de educação, ou seja, aula.

No entanto, nesse momento eu enquanto professora alfabetizadora me indagava, como pode tais crianças nesse processo, realizar uma aprendizagem significativa sem a

presença do outro, ou seja, a mediação. Cabe lembrar o que nos diz Vigotski “*nós tornamos nós nos mesmos através dos outros*” (1999, p. 56).

Enquanto isso começou na escola um verdadeiro bombardeio de atividades em *PDF* e *Google forms*. Começará a revolução tecnológica na escola! Vídeos, músicas e jogos eram recursos que tentavam compensar a nossa ausência! Planejamentos reformulados para tentarmos atingir a todos os alunos. E sempre a mesma coisa! Atingíamos o mesmo percentual de alunos, um mínimo de nossos educandos realizavam as atividades propostas. Essa situação só reafirmava o que as políticas públicas faziam questão de esquecer, que estávamos em uma comunidade socialmente vulnerável e que as demandas naquele momento eram muito maiores do que a aprendizagem. As famílias procuravam a escola, não pela necessidade pedagógica, mas pela necessidade social e biológica que todo ser humano tem, fome, frio e tantas outras. Buscavam ali um amparo, uma esperança e não um livro ou uma apostila, mesmo porque, sempre com muita vergonha e receosos e com certa timidez acabam sempre por confessar: “professora não sei ler e nem escrever”.

Mesmo com essa realidade de uma comunidade que vive e está vivendo em uma situação de vulnerabilidade social, as políticas educacionais e suas prescrições oficiais começaram a chegar cada vez mais incisivas, no sentido, que tínhamos que fazer os alunos acessarem a plataforma e realizarem as atividades propostas. Assim, segundo Cruz (2007) a prática docente não pode ser encarada apenas como exercício meramente técnico, marcado pelo atendimento às prescrições curriculares. Vivíamos como se estivéssemos em uma competição entre as esferas envolvidas nesse processo educacional remoto. Sempre que possível enviavam para nós gráficos que demonstravam como estavam o rendimento e a produtividade de nossos alunos, ou seja, de nós enquanto professores perante a plataforma. Na tentativa de mascarar os dados, valia de tudo burlar o sistema ajudando os alunos no que era necessário para que as cobranças não viessem de maneira tão, ríspidas, na tentativa, de que nós enquanto professores não fossemos responsabilizados pelo fracasso de nossos educandos. Assim nós docentes somos imbricados a uma lógica competitiva e meritocrática que possuem efeitos avassaladores, de acordo com Freitas (2012), essas têm por objetivo buscar a penalização dos docentes, atribuir sanções ou aprovações, eleger os melhores e ou piores professores e por fim além de não agregar nada a educação deixa impactos profundos a essa.

No entanto, as políticas educacionais que se estabeleciam a todo momento não tinham por objetivo buscar atender os alunos, enquanto sujeitos em formação, indivíduos que estão em processo de ensino e aprendizagem e para isso precisam estabelecer uma relação para com outro e para com o seu social. As prescrições que vinham de um sistema político, objetivavam que o ensino se desse de forma objetiva para indivíduos subjetivos.

O processo de alfabetização, como já discutido, é uma ação que requer a mediação. Assim, dentro das políticas que vinham sendo implementadas com o depósito de conteúdos para os sujeitos envolvidos no processo, como poderia haver tal processo de mediação? Nesse sentido, o que era feito era apenas um cumprimento das normas prescritas e o ano letivo validado. Ao fim os alunos foram aprovados pelo decreto nacional, mas as consequências para aprendizagem ficarão para sempre, em especial, no que tange a alfabetização, pois, estes não terão outro tempo para que este processo possa ocorrer.

Considerações Finais

Não podemos aceitar que se aplique à educação uma forma imediatista e ou emergencialista de resolver as situações. Nós professores enquanto um coletivo no exercício de nosso ofício, podemos e devemos ir contra a essas prescrições que vem de forma a organizar nosso trabalho pedagógico. Podemos transformar nosso trabalho impedido em trabalho real. Com essa situação pandêmica nossos alunos não precisavam de conteúdos depositados em uma plataforma de forma objetiva e rígida, precisavam de algo que os nutrissem de outra forma, mesmo que a distância. A questão está em buscar formas mais subjetivas de ensinar, buscando captar a realidade vivenciada, ou seja, a educação está diretamente ligada à formação e humanização de indivíduos, e não pode ficar à mercê de sistemas públicos que vem tornando a educação e o processo de ensino e aprendizagem uma tríade desgovernada, isto é, conteúdo esvaziado, forma empobrecida e destinatário excluído.

Referências

AGÊNCIA SENADO. Elisa Chagas. **DataSenado: quase 20 milhões de alunos deixaram de ter aulas durante a pandemia. 12/08/2020.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durantedepandemia> - acesso em 24 de maio de 2020.

BARRETO, G. da Cruz. **A prática docente no contexto da sala de aula frente às reformas curriculares.** Educar, número 29, Curitiba, 2007. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602007000100013 acesso em 19 de maio de 2021.

FONTANA, R. A. C. **A elaboração conceitual: a dinâmica das interlocuções na sala de aula.** In: **SMOLKA, A. L. B.; GÓES, M. C. R. de (Orgs.). A linguagem e o outro no espaço escolar.** São Paulo: Papyrus, 1993.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, M. T. A. **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa**

qualitativa. Cad. Pesquisa. no.116, São Paulo – Jul, 2002. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002 - acesso em 22 de abril de 2021.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa: Horizonte, 1978.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica.** Campinas-SP: Autores Associados, 2013.

MARTINS, M. F.; REZENDE, A. C. **A consciência filosófica na pedagogia histórico-crítica: entrevista com Dermeval Saviani.** Revista HISTEDBR On-line, v. 20, p. 1-24, 9 jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659525/22648> - acesso em 25 de março de 2021.

SMOLKA, A.L.B. **A Alfabetização como processo discursivo. Tese (Doutorado em Educação).** Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 1987

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** Campinas: Autores Associados, 2011.

_____. GALVÃO, Ana C. **Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto.** **Universidade e Sociedade.** nº67, jan. 2021. Disponível em https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf - acesso em 23 de março de 2021.

Vygotsky, L. S. (1999). **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes.